

Julho / 2019

INTERNACIONAL

EUROPA

Conforme a agência Eurostat, a estimativa preliminar mostrou que o crescimento do PIB da zona do euro, no segundo trimestre de 2019 foi de 0,2% sobre o trimestre anterior, que havia crescido 0,4% sobre o último trimestre de 2018. Na comparação anual o avanço da atividade econômica da região foi de 1,1%.

Quanto à inflação do consumidor, depois de ter registrado um avanço anual de apenas 1,3% em junho caiu para 1,1% em julho, a taxa mais baixa em 17 meses e ainda mais distante da meta de 2% do BCE.

Após de ter mantido inalteradas as taxas de juros em sua reunião no final de julho, o BCE divulgou comunicado afirmando que a perspectiva econômica da região está piorando mais e mais e que agora passa a prever que as taxas de juros permaneçam nos seus níveis presentes ou mais baixos até pelo menos o fim do primeiro semestre de 2020.

EUA

A economia norte-americana desacelerou para 2,1%, anualizado, no segundo trimestre de 2019, em relação ao trimestre anterior, depois de ter crescido 3,1% no primeiro, conforme estimativa inicial do Departamento de Comércio do país. Os gastos dos consumidores, que respondem por 70% do PIB cresceram 4,3% no período, mas foram compensados por uma ampliação no déficit comercial.

A criação de vagas de trabalho não agrícola em julho de 2019 foi de 164 mil novos postos, quando a expectativa era de 170 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,7 em junho, se estabilizou nesse patamar.

Em sua reunião no final de julho, o FED reduziu a taxa básica de juros da faixa entre 2,25% e 2,50% ao ano, para 2,0% e 2,25% ao ano, diante do enfraquecimento da economia global. Foi o primeiro corte da taxa desde 2008. Após a reunião, o seu presidente afirmou que o movimento pode não ser o início de uma campanha prolongada para proteger a economia contra riscos que incluem uma fraqueza econômica.

ÁSIA

Na China, o PIB do segundo trimestre de 2019 evoluiu 6,2% em taxa anualizada, o menor crescimento trimestral em 27 anos. O resultado, no entanto, está dentro da meta estabelecida pelo governo, de um crescimento anual entre 6% e 6,5%. A contração das exportações para os Estados Unidos, por conta da “guerra” comercial, pesou no resultado.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano de 10 anos, que tinham rendimento de 2,00% a.a. no final de junho, terminaram julho com rendimento de 2,02% a.a. Já os títulos emitidos pelo governo britânico rendiam 0,60% a.a., enquanto os emitidos pelo governo alemão, por sua vez,

fecharam o mês de julho com rendimento negativo de 0,43%. Paralelamente, no mês, o dólar se desvalorizou 1,98% perante o euro e se valorizou 0,86% e perante o yen.

Já as bolsas internacionais tiveram em junho um mês de resultados mistos. Enquanto a bolsa alemã (Dax) caiu 1,86%, a inglesa (FTSE 100) subiu 2,17%, a do Japão (Nikkei 225) 1,15% e a americana (S&P 500) 1,31%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês 2,07%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o Banco Central, o IBC-Br, considerado uma prévia do PIB, após recuar 0,47% em abril, subiu 0,54% em maio. Em um ano, sem os ajustes sazonais, a alta foi de 1,31%.

A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,3% no trimestre encerrado em maio, caiu para 12,0% no trimestre encerrado em junho. Cerca de 12,8 milhões de pessoas estravam sem trabalho.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 12,7 bilhões em junho, comparativamente a déficit de R\$ 13,5 bilhões em maio do ano anterior. Em doze meses o déficit acumulado foi de R\$ 99,6 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 357,3 bilhões (5,11% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 456,9 bilhões (6,54% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em junho R\$ 5.499,6 trilhões (78,7% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), depois de ter registrado alta de 0,01% em junho, subiu apenas 0,19% em julho, com os preços da energia elétrica dando a maior contribuição. No ano acumulou variação de 2,42% e em doze meses de 3,22%, bem abaixo do centro da meta do Banco Central, que é de 4,25%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,10 em julho, após ter subido 0,01% em junho. No ano acumulou alta de 2,55% e de 3,16% em doze meses.

JUROS

Em sua reunião no final de julho, o Copom reduziu a taxa Selic de 6,5% para 6% ao ano, depois de tê-la mantido por dez vezes consecutivas. Na ata da reunião, o BC indicou que pode continuar reduzindo a taxa nos próximos meses.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de julho cotada em R\$ 3,7649, com uma valorização de 1,76% no mês.

Em junho, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 2,9 bilhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 17,1 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 2,2 bilhões em junho e acumularam US\$ 91,8 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 388,1 bilhões no final do mês.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em julho de 2019 um superávit de US\$ 2,29 bilhões, e no ano acumula superávit de US\$ 28,36 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de julho acabou sendo o do IDkA 20A (IPCA), com alta de 1,79%, seguido do IMA-B 5+, com alta de 1,51% e do IMA-B Total, com alta de 1,29%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, julho também foi um mês de avanço. A alta foi de 0,84% acumulando no ano um avanço de 15,84% e em doze meses de 28,39%. O índice terminou o mês em 101.812 pontos.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Com o presidente Trump acentuando a “guerra” comercial com a China, ao impor novas tarifas sobre as importações daquele país até que um acordo comercial seja alcançado e com a desvalorização da moeda chinesa, em represália, os mercados financeiros internacionais elevaram novamente a aversão ao risco. Serão os desdobramentos desses fatos que atrairão as maiores atenções dos mercados nas próximas semanas.

MERCADO NACIONAL

No Brasil, depois da aprovação da reforma da Previdência em segundo turno, na Câmara, será o trâmite no Senado que ocupará as atenções. Com a perspectiva de baixa inflação o mercado também estará atento na possibilidade de novos cortes da taxa Selic.

Em relação às aplicações dos RPPS aconselhamos o investimento de 25% dos recursos em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção por conta das posições assumidas pelo gestor.

Para os vértices de longo prazo (especificamente o IMA-B Total) passamos agora a recomendar uma exposição de 10% (vide Nossa Visão de 01/07).

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) reduzimos a recomendação para uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação agora sugerida é de 10%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo).

Quanto à renda variável, recomendamos uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora do ambiente econômico neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais superam a meta atuarial.

Para a alocação em fundos multimercado a nossa sugestão é de 10% dos recursos e de 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado enquadrados para os RPPS. Para o investimento em ações, a nossa recomendação é de 15% dos recursos, tendo-se em vista o potencial de crescimento das empresas neste e nos próximos anos, como já dissemos, em uma conjuntura de baixa inflação e taxas de juros nas mínimas históricas. Muito embora ainda esteja no campo das expectativas, a implementação das reformas estruturais demandadas pelo mercado em muito também poderão influenciar o comportamento positivo das ações, no futuro.

Para aqueles clientes que já contam com investimento de 5% tanto em FII, quanto em FIP, recomendamos que o teto de investimento em ações se mantenha em 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) *	10%
Gestão do Duration	25%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2)	25%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	10%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	15%
Multimercados	10%
Fundos de Participações**	2,5%
Fundos Imobiliários **	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	0%

* Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.

** Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição de 15% aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.